



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Ofício Circular n.º 113/2017-CJCI

Belém, 16 de maio de 2017.

A Sua Excelência o (a) Senhor (a)
Juiz (a) de Direito da Comarca de


Senhor (a) Juiz (a),

De ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, encaminho a Vossa Excelência para ciência, cópia do e-mail datado de 16/05/2017, oriundo do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP (Coordenadoria de Recurso Extraordinário e Especial do TJE-PA), comunicando que o **Superior Tribunal de Justiça julgou** os Recursos Especiais n.º 1.193.194/MG, 1.93.932/MG, 1.193.558/MG e 1.193.554/MG, vinculados ao **Tema 561 dos recursos repetitivos**. Prossegue, noticiando que na assentada foi reafirmada a jurisprudência da Terceira Seção, que **fixou**: RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PENAL E PROCESSO PENAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISSÍDIO NOTÓRIO. INCIDÊNCIA DO PRIVILÉGIO NO FURTO QUALIFICADO. POSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS DE NATUREZA OBJETIVA. **ACÓRDÃO ESTADUAL EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DA TERCEIRA SEÇÃO. CONFIRMAÇÃO DO ENTENDIMENTO PRECONIZADO NO EREsp 842.425/RS. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO**. 1. Consoante entendimento pacificado pelo julgamento do EREsp. 842.425/RS, de que relator o eminente Ministro Og Fernandes, **afigura-se absolutamente “possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal nos casos de furto qualificado (CP, art. 155, § 4º)”, máxime se presente qualificadora de ordem objetiva, a primariedade do réu e, também, o pequeno valor da res furtiva**. 2. Na hipótese, estando reconhecido pela instância ordinária que os bens eram de pequeno valor e que o réu não era reincidente, cabível a aplicação da posição firmada pela Terceira Seção, o que confirma a harmonia do acórdão recorrido com o pensamento desta Corte. 3. Recurso especial desprovido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (REsp 1193932/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/08/2012, DJe 28/08/2012).

Por fim, esclarece que no mesmo sentido, deverão ser vistos os acórdãos proferidos nos recursos especiais n.º 1.193.194/MG; 1.193.558/MG e 1.193.554/MG e, também, a Súmula STJ n.º 511.

E para outras pesquisas sobre os precedentes judiciais qualificados, acessar: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Recursos-Extraordinarios-e-Especiais/279-Apresentação.xhtml>.

Respeitosamente,


FABÍOLA INGRID RODRIGUES BARATA SANTOS
Chefe de Gabinete da CJCI

Corregedoria Interior

De: NUGEP
Enviado em: terça-feira, 16 de maio de 2017 14:13
Para: ADAUTO ALVES DE ARAUJO; Adriana Catarina de Carvalho de Paiva; adriana grigolin leite; Agnee da Costa Silva; ALCIVANDRO CONCEICAO LINHARES FRANCO; Alexandra Carolina Pawalaski Rendeiro; ALEXANDRE SILVA DE SOUZA; Almir Jose Signori; ALVARO FERREIRA DE SIQUEIRA; ALVARO JOSE DA SILVA SOUSA; ANA CAROLINA BARBOSA PEREIRA; ANA CRISTINA NUNES DO NASCIMENTO; ANA LUCIA BENTES LYNCH; ANA MARIA DUARTE OLIVEIRA; Ana Paula M. Tárrio dos Santos; ANA PRISCILA DA CRUZ; ANDREIA VIAIS SANCHES; ANTONIO DA SILVA PEREIRA NETO; ANTONIO NICOLAS GODINHO DE SOUZA CAVALCANTE; ANTONIO RONALDO DA SILVA QUEIROZ; MARCIA CRISTINA CALIL GONCALVES; NELSON SILVESTRE MARQUES AMORIM; ROSALINA MOITTA PINTO DA COSTA; AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA; Aurea Lima Mendes de Sousa; Belém - Secretaria da 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso; CAMILA AMADO SOARES; CARLOS AUGUSTO DO NASCIMENTO REGO; CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO; Central de Pesquisa e Apoio à Magistratura; CESAR AUGUSTO DIAS LOBO JUNIOR; CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO; Coordenadoria dos Juizados Especiais; Correio Eletrônico da Presidência do TJPA; Correio Eletrônico da Vice Presidência do TJPA; CRISTIANE MARIA QUEIROZ FEIO; Dahil Paraense de Souza; DENIZE LIDIA SILVA DE QUEIROZ; DIEGO ANDRADE PINHEIRO; DIRACY NUNES ALVES; DIRACY NUNES ALVES; EDINEIRE MARIA DE SOUZA; MARCIA CRISTINA INACIO HOLANDA; ELAINE CRISTINA LOPES BARROS; ELIANA ABUFAIAD; ELIANA DE FATIMA MELO E MELO; ELIZANE ELLEN CHIARINI DE MOURA; ENIO MAIA SARAIVA; FELIPE VITOR SANTOS VASCONCELLOS; FILIPE MIGUEL ALVES JUNIOR; FRANCISCO LEONARDO LINHARES; gab.dbluizneto; Gabinete da Desa. Brígida Gonçalves dos Santos; Gabinete da Desa. Elvina Gemaque Taveira; Gabinete Desembargador Holanda Reis; Gabinete do Des. Ricardo Ferreira Nunes; GISELE MARIA BRITO BATISTA; GLEIDE PEREIRA DE MOURA; GLEUMA ALVARENGA DE ARAUJO; HAENDEL MOREIRA RAMOS; Halayana Robertha Veras Lima; HELENA PERCILA DE AZEVEDO DORNELLES; ILAINE SCHEFFLER SCHNEIDER; JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE; JANE CLEA MARQUES COUTINHO; JEAN CORDOVIL DA SILVA; JENIFFER PEREIRA DE MELO; JOBSON DA SILVA CARVALHO; JOCILENE PANTOJA SOARES ALHO; Juliana Fernandes Neves; JULIANA TEIXEIRA DE SOUZA; JULIANO DANTAS JERONIMO; JULIANO MIZUMA ANDRADE; JULIOMAR NUNES LEMOS; KATIA PARENTE SENA; KEYLLA BARBOSA COSTA; LARISSA COELHO LIMA; LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR; LEONARDO DE NORONHA TAVARES; Lorena Ivanna de Nunes Valente; Luana de Nazareth Amarar Henriques Santalices; Luciana de Oliveira Torres; LUISA PADOAN; LUIZ ARTUR SARAIVA FILHO; LUZIA NADJA GUIMARAES NASCIMENTO; MANOEL CANDIDO RIBEIRO; MARCELLO DE ALMEIDA LOPES; Marcia Maria Bastos Franco; Marcio Fialho dos Santos Castro; MARCOS PAULO LEAL BORGES; MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES; MARIA DO CARMO SANTOS QUEIROZ; MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO; MARIA FRANCISCA FORTUNATO DA SILVA; MARIA RUTH GOMES GREEN; MARIA SHIRLANE DUARTE GAMA; MAYARA DO NASCIMENTO E SILVA; MIGUEL DA COSTA JUNIOR; MIGUEL LIMA DOS REIS JUNIOR; Gabinete do Des. Milton Nobre; MONICA RAIOL DE MORAES; MP - CAO Constitucional; NATHALIA PINTO FALCAO; Nayana Cristina da Silva Lorenz; NAZARE HONORIA LIRA DE ABREU PASSOS; NILDO RIZZI NETO; NORIKO ALVES SHIMON; OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL; Patricia Bacellar Lopes; Paulo Sérgio S. Santos; PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE; PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE; REGINALDO PAIVA VIEGAS JUNIOR; ROBERTO BOTELHO

Para:

COELHO; ROBERTO GONCALVES DE MOURA; ROMULO JOSE FERREIRA NUNES; Ronaldo Marques Valle; ROSENDO RAMOS MORA JUNIOR; ROSI MARIA GOMES DE FARIAS; RUBENS ANDRE ARAUJO DINIZ ALCANTARA; Secretaria do Forum Cível; Secretaria do Fórum Criminal; SEMAJ; SERGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA; Serviço de Cadastro dos Magistrados; SHELLEY MACIAS PRIMO ALCOLUMBRE; Silvana Veloso Barbosa; SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIA; SIMONI PINTO DA SILVA PATRICIO; Taise de Aguiar Machado; THEREZA CAROLINA NOGUEIRA; THIAGO DA SILVA GONCALVES; VALDILENE BENTO DO NASCIMENTO SILVA; Vania Lúcia Carvalho Silveira; Vania Valente Couto Fortes Bitar Cunha; Victor Rafael Maltez de Lemos; Vivian Contente Paes; Waldecy Philipe de Meneses Carvalho; DIANA CRISTINA FERREIRA DA CUNHA; AMADEU FARIAS SANTIAGO; JOSE HUMBERTO MORAES; LUIS CLAUDIO BATISTA COUTO; Suzane Leao Vaz; Steffen Von Grapp II; RAFAEL MOTA PONTES; PEDRO EVERALDO GONCALVES DE SOUZA; MARIA DARLICE DE OLIVEIRA MONTEIRO; MARCIA MARIA REIS BEZERRA; LEA SANTOS MARTINS; Juliana Cristina da Silva Carneiro; JOSE ARTUR ROSA PEREIRA; JAILSON DE JESUS SOARES TAVARES; FLAVIA MONTEIRO FREIRE; EGLLA SUEDY OLIVEIRA DE SOUZA CASTRO; DANIEL CAMPELO NOGUEIRA; BARBARA LEITE COSTA; Ana Carolina de Souza Carneiro; ALCEMIR DE OLIVEIRA FARIAS; NICOLE ANDRADE ERICHSEN; Corregedoria Capital; Corregedoria Interior; Antonio Carlos Sarmiento; (adelvan@globo.com); Adelvan Oliverio; (zynatolobao@gmail.com); (ananda_cf@outlook.com); VICTOR GEORGE SANTIAGO LAMEIRA; RICARDO ALEX ABEN ATHAR RODRIGUES; FLAVIO IMBELLONI DE FARIAS; TIARA GUEDES AIRES; ALINE OLIVEIRA BENTES; LUCIANO NEGRAO CARVALHO; FABIO BENCHIMOL CORREA; RENATO RANGEL VICTORINO DOS SANTOS; Renata Maia L. Franco; FELIPE TAVARES PAES; PATRICIA SANTIAGO COSTA DA SILVA; (michellemelo_10@hotmail.com); (ricflavio@gmail.com); EUDE LUIS FERREIRA SOBRINHO; ANDRE FELIPE DE SOUZA BARRETO; (ezailsonbentes@gmail.com); (faliso24888@gmail.com); (danilofigueiredo_23@hotmail.com); (liformigosa@gmail.com); (gibranss@yahoo.com.br); MARCOS EDSON BRASIL NETO; (leonardofaduladv@gmail.com); ARCELINO LOBATO RIBEIRO FILHO; (advbrendaneves@gmail.com); (juvale.batista@gmail.com); HUMBERTO PINTO BRITO FILHO; (iorrane.augusto@hotmail.com); GRAZIELI DA SILVA NEVES; (marilia.morais@gmail.com); (neudilene@oi.com.br)

Assunto:

PENAL - JULGADO - TEMA 561 dos recursos repetitivos - privilégio no furto qualificado

NOTA INFORMATIVA

Belém / PA, 16 de maio de 2017.

JULGAMENTO – TEMA 561/STJ (Penal)

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente e em atendimento das Resoluções CNJ n. 235/2016 e TJPA n. 8/2017, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP – integrante da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais, unidade judiciária responsável pelo gerenciamento de informações relativas às demandas repetitivas e aos precedentes judiciais qualificados, **comunica** que o **Superior Tribunal de Justiça julgou** os Recursos Especiais n. 1.193.194/MG; 1.193.932/MG; 1.193.558/MG; e 1.193.554/MG, vinculados ao **TEMA 561 dos recursos repetitivos**.

Na assentada, reafirmando jurisprudência da Terceira Seção, **fixou**:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PENAL E PROCESSO PENAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISSÍDIO NOTÓRIO. INCIDÊNCIA DO PRIVILÉGIO NO FURTO QUALIFICADO. POSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS DE NATUREZA OBJETIVA. **ACÓRDÃO ESTADUAL EM CONFORMIDADE**

COM A JURISPRUDÊNCIA DA TERCEIRA SEÇÃO. CONFIRMAÇÃO DO ENTENDIMENTO PRECONIZADO NO ERESP 842.425/RS. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. Consoante entendimento pacificado pelo julgamento do EREsp. 842.425/RS, de que relator o eminente Ministro Og Fernandes, **afigura-se absolutamente "possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal nos casos de furto qualificado (CP, art. 155, § 4º)", máxime se presente qualificadora de ordem objetiva, a primariedade do réu e, também, o pequeno valor da res furtiva.**

2. Na hipótese, estando reconhecido pela instância ordinária que os bens eram de pequeno valor e que o réu não era reincidente, cabível a aplicação da posição firmada pela Terceira Seção, o que confirma a harmonia do acórdão recorrido com o pensamento desta Corte.

3. Recurso especial desprovido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (REsp 1193932/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/08/2012, DJe 28/08/2012)

No mesmo sentido, veja os acórdãos proferidos nos recursos especiais n. 1.193.194/MG; n. 1.193.558/MG; e n. 1.193.554/MG.

Consulte, também, a Súmula STJ n. 511^[i].

E, para outras pesquisas sobre os precedentes judiciais qualificados, acesse <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Recursos-Extraordinarios-e-Especiais/279-Apresentacao.xhtml>

Respeitosamente,

**Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais
(NUGEP)**

[i] [http://www.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=\(sumula%20adj1%20%20511\).sub](http://www.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=(sumula%20adj1%20%20511).sub).
http://www.stj.jus.br/SCON/pesquisa_pronta/toc.jsp?livre=@docn=000004893